



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA
FONSECA

EDITAL DE LICITAÇÃO
EXCLUSIVO PARA ME/EPP
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 02/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23063.000412/2022-24

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o **CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA – CEFET/RJ**, por meio da Divisão de Licitações (DILIC), sediada na Avenida Maracanã, nº 229 - Bloco A - Sala 206 - Maracanã - Rio de Janeiro/RJ - CEP 20.271-110, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento de **menor preço por item**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 9.178, de 23 de outubro de 2017, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 26/04/2022

Horário: 14:00 h (horário de Brasília-DF).

Local: Portal de Compras do Governo Federal - www.gov.br/compras/pt-br

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é o **registro de preços para eventual aquisição de materiais eletroeletrônicos, necessários à manutenção das atividades laboratoriais dos cursos técnicos e graduações**, visando atender às necessidades dos **Campi Maracanã, Maria da Graça, Nova Iguaçu, Petrópolis, Nova Friburgo, Itaguaí, Valença e Angra dos Reis do CEFET/RJ**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços

3. DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no **SICAF**, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.2. O cadastro no **SICAF** deverá ser feito no **Portal de Compras do Governo Federal**, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1.A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1.Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.1.2.**Para todos os itens da licitação, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.**

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1.Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2.Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3.Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4.Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.3.5.Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.6.Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, por não envolver aquisições de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica;

4.3.7.Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.4. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.4.1.Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.4.1.1. A assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame.

- 4.4.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
 - 4.4.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
 - 4.4.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - 4.4.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - 4.4.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;
 - 4.4.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - 4.4.8. Que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da sua empresa, atende as regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

- 5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- 5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 6.1.1. Valor unitário e total do item;
 - 6.1.2. Marca;
 - 6.1.3. Fabricante;
 - 6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo e prazo de validade ou de garantia.
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **120 (cento e vinte) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
 - 6.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
 - 7.2.1. Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante**.
 - 7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
 - 7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
 - 7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 – 1 (um) centavo**.
- 7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

- 7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.18. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
- 7.21.1. No país;
 - 7.21.2. Por empresas brasileiras;
 - 7.21.3. Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 7.21.4. Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 7.22. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 7.23.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo estabelecido no “chat” (prazo não inferior a duas horas), envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário) ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto (prazo não inferior a duas horas), sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

- 8.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 8.8. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada **em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário**, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para

verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica e à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018, mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo estabelecido pelo pregoeiro no “chat” (prazo não inferior a duas horas), sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8. Habilitação jurídica:

9.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.8.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

9.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

- 9.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.9.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.9.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.9.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.9.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante; relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- 9.9.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.9.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- 9.10. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.11. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.11.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.12. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante vencedor será convocado para, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.13. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.14. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.15. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.16. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo estipulado pelo Pregoeiro no “chat” (prazo não inferior a 2 (duas) horas), a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o **prazo de no mínimo 20 (vinte) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **03 (três) dias** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo,

apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **03 (três) dias**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, **sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.**

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação devido ao baixo risco atrelado à execução do objeto.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

- 15.1. Observadas as disposições contidas no Termo de Referência anexo a este Edital de Licitação e, **excetuando o item nº 10**, não haverá exigência de garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação, complementar à legal, mas deverá prevalecer a garantia ofertada pelo fabricante em caso de prazo maior que a garantia legal.
- 15.2. **Para o item nº 10:** Será exigida garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação, complementar à legal, **conforme prazos mínimos e demais regras constantes no Termo de Referência, no item 14.1, anexo a este Edital de Licitação.**

16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 16.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de **05 (cinco) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 16.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante a entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da data de seu recebimento.
- 16.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
- 16.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 16.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, quando for o caso, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993.

17. DA NOTA DE EMPENHO EQUIVALENTE AO TERMO DE CONTRATO

- 17.1. Após a homologação da licitação, dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, em sendo realizada a contratação, **será emitida Nota de Empenho equivalente ao Termo de Contrato**. O adjudicatário receberá, por meio

eletrônico, **link do portal da transparência da Nota de Empenho referente à contratação.**

17.2. O Aceite da Nota de Empenho, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

17.2.1. A referida Nota está substituindo o Termo de Contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

17.2.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

17.2.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

17.3. O prazo de vigência da contratação decorrente da Ata de Registro de Preços será contado a partir do recebimento da Nota de Empenho e abrangerá os prazos estipulados no Termo de Referência, anexo do Edital, para entrega do objeto, recebimento e consequente pagamento à contratada, podendo ser prorrogado na forma do art. 57, §1º, da Lei 8.666/93.

17.4. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ao **SICAF** para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao **CADIN**.

17.4.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de **até 05 (cinco) dias úteis**, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

17.5. Na assinatura da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência da ata de registro de preços.

17.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisar a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar a ata de registro de preços.

18. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

18.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

19.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

20.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21. DO PAGAMENTO

21.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21.1.1. Não será admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, uma vez que, para fins de contratação, o Termo de Contrato será substituído por outro instrumento hábil (Nota de Empenho), nos termos do Art. 62 da Lei nº 8.666/1993.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

22.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

22.1.2. Não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

22.1.3. Apresentar documentação falsa;

22.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

22.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

22.1.6. Não manter a proposta;

22.1.7. Cometer fraude fiscal;

22.1.8. Comportar-se de modo inidôneo.

22.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

22.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como **ME/EPP** ou o conluio

entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

22.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

22.4.2. Multa de **5 % (cinco por cento)** sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

22.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

22.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos.

22.4.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

22.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

22.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

22.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

22.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

22.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

- 22.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 22.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no **SICAF**.
- 22.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

23. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 23.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
- 23.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.
- 23.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.
- 23.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 24.1. Até **03 (três) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 24.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail **licitacoes@cefet-rj.br (fazendo referência ao número do Pregão no título do e-mail)**.
- 24.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 24.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 24.5. Os **pedidos de esclarecimentos** referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

24.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

24.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

25. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

25.1. Este Edital observará em todas as fases do procedimento licitatório as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, prevendo, inclusive, a apresentação de documentos físicos, copiados ou impressos, apenas quando necessário, preferencialmente através de papel reciclado, e de forma a não frustrar a competitividade.

25.2. As demais disposições sobre sustentabilidade ambiental encontram-se previstas no Termo de Referência, anexo a este Edital de Licitação.

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

26.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

26.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

26.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

26.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

26.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

26.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

- 26.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 26.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 26.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 26.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico **www.gov.br/compras/pt-br**.
- 26.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 26.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;
 - 26.12.2. ANEXO I-A - Estudo Técnico Preliminar;
 - 26.12.3. ANEXO II - Modelo de Proposta;
 - 26.12.4. ANEXO III – Dados Cadastrais da Empresa;
 - 26.12.5. ANEXO IV – Minuta de Ata de Registro de Preços.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2022

Aprovo o presente Edital e seus Anexos,

MAURICIO SALDANHA MOTTA
Diretor-Geral do CEFET/RJ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
CELSO SUCKOW DA FONSECA

TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 02/2022
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23063.000412/2022-24
COMPRAS

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços para a eventual aquisição de materiais eletroeletrônicos, necessários à manutenção das atividades laboratoriais dos cursos técnicos e graduações dos Campi Maracanã, Maria da Graça, Nova Iguaçu, Petrópolis, Nova Friburgo, Itaguaí, Valença e Angra dos Reis do CEFET/RJ, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL (R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL (R\$)
1	PILHA ALCALINA 1,5 V AA, cartela com 4 unidades Características adicionais: tamanho P, sistema eletroquímico: alcalina, tensão nominal: 1,5 V	363401	CARTELA	1.644	12,99	21.355,56
2	PILHA ALCALINA 1,5 V AAA - cartela com 4 unidades	231788	CARTELA	1.721	7,13	12.270,73
3	PILHAS RECARREGÁVEIS AA; Ni-MH, tamanho AA , alta capacidade de no mínimo 2000 mAh podendo ser recarregadas pelo menos 1000 vezes. Voltagem 1,2 v. Devem ser fornecidas em embalagem com pelo menos 2 unidades RECARREGÁVEIS e lacrada pelo fabricante.	319647	PACOTE	65	28,71	1.866,15
4	PILHAS RECARREGÁVEIS AAA; Ni-MH , tamanho AAA , alta capacidade de no mínimo 900 mAh podendo ser recarregadas	351251	PACOTE	85	13,63	1.158,55

	pelo menos 1000 vezes. Voltagem 1,2 v. Devem ser fornecidas em embalagem com pelo menos 2 unidades RECARREGÁVEIS e lacrada pelo fabricante.					
5	BATERIA cr2025 - computador, tipo: lithium, tensão alimentação: 3v - pacote com 5 Unidades	236095	PACOTE	41	9,40	385,40
6	BATERIA cr2032 - computador, tipo: lithium, tensão alimentação: 3v, aplicação: para setup (bios), pacote 5 baterias	238772	PACOTE	1.037	8,45	8.762,65
7	BATERIA NÃO RECARREGÁVEL, tipo: alcalina, voltagem: 9 V, aplicação: aparelho eletro-eletrônico	234354	Unidade	392	14,80	5.801,60
8	BATERIA RECARREGÁVEL, aplicação: equipamentos eletrônicos, sistema eletroquímico: alcalina, capacidade nominal: 565 mah, dimensões: 47 x 25,5 x 16,5 mm, tensão nominal: 9 v	363462	Unidade	148	17,17	2.541,16
9	BATERIA SELADA, tensão: 12 v, capacidade: 7 Ah, comprimento: 150 mm, largura: 64,5 mm, altura: 101 mm, peso: 2,50 kg, frequência: 60 Hz, frequência saída: 60 Hz, aplicação: "no-break" potência 50 KVA	242086	Unidade	71	90,00	6.390,00
10	BATERIA SELADA PARA NO-BREAK 12V Característica/Configurações/Requisitos mínimos: Bateria selada com tensão de 12V e corrente de 7A. Ideal para ser usada em no-breaks. Compostas de chumbo-ácido reguladas por válvulas (VRLA) "seladas". Conectores tipo A (Faston-T1) em cobre. Nunca necessitam reposição de água e podem operar em várias posições. Tensão: 12V; Corrente máxima de fornecimento: 7A; Corrente máxima de carga: 2,1A; Resistência interna: 18 mOhm; Dimensões: 7/15,5/10 cm (Profundidade/Largura/Altura);	139343	Unidade	390	93,56	36.488,40

	Peso: 2,8 Kg. Garantia: 1 ano do fabricante.					
11	CARREGADOR BATERIA, tipo: universal automático, velocidade carga: rápida, tensão alimentação: 100,240 vca, capacidade: 4 pilhas e 2 baterias, características adicionais: proteção p, inversão polaridade e aumento temperat., frequência: 50,60 hz, tensão bateria: 9 v	435542	Unidade	21	82,96	1.742,16
12	CARREGADOR DE PILHAS Característica/Configurações/Requisitos mínimos: Carregador para 4 pilhas recarregáveis AA ou 4 AAA ou duas baterias 9V; deverá conter luz indicadora do processo de carga; desligar automaticamente quando a carga está completa; conter dois canais de carga independentes; Bilvolt automático (AC 100-240V); Compatível com o novo padrão brasileiro de tomadas; Garantia: 3 meses	384961	Unidade	4	88,01	352,04
13	Alcool isopropílico, aspecto físico: líquido, aplicação: limpeza de placas eletrônicas, pureza mínima: 99,99%	433818	Frasco de 1 Litro	85	34,20	2.907,00
14	Alicate Decapador Universal de Cabos de Rede com regulador manual de lâmina - Referencia HT-S501B. Com regulador manual de lâmina	235900	Unidade	18	21,00	378,00
15	ALICATE PARA CRIMPAR, MATERIAL: AÇO CROMO VANÁDIO, TIPO CABO: ISOLADO, APLICAÇÃO:RJ45 (8 CONTATOS), CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:FUNÇÃO CORTE DECAPE/SISTEMA MOLAS REABERTURA AUTOM, MATERIAL CABO: PLÁSTICO, TIPO CORTE: RETO, COMPRIMENTO:203 MM	278677	Unidade	48	47,50	2.280,00
16	Alicate Pushdown de Inserção (profissional) - Referencia EHT-	68926	Unidade	9	71,31	641,79

	324B. Alicate empalmador de terminal, nome alicate empalmador de terminal - Com regulador de pressão / dispositivo de corte do fio automaticamente/					
17	Alicate de bico chato e longo isolado: DIN ISO 5745	150027	Unidade	69	152,62	10.530,78
18	Alicate de corte diagonal (modelo sueco) isolado : DIN ISO 5749	150027	Unidade	64	151,41	9.690,24
19	Alicate para crimpar CAT6 profissional - Referencia 35030000 Furukawa Robusto, alta precisão, cabo isolado, aplicação: conectores RJ45 categoria 5e / 6. Corpo em Termoplástico / Aço e desejável sistema de catraca.	304398	Unidade	14	299,70	4.195,80
20	Anticorrosivo em spray, aplicação: metais em geral, aspecto físico: líquido, modelo de referência: wd-40, lata com no mínimo 300 ml	301619	Unidade	58	29,58	1.715,64
21	Arduino mega 2560 com cabo usb. microcontrolador: atmega2560, aplicação: kit prototipagem, características adicionais: tensão de operação: 5 VCC, tensão de entrada: 5-12V	452946	Unidade	264	114,90	30.333,60
22	ARDUINO UNO R3 + CABO USB. MICROCONTROLADOR ATMEGA328; VOLTAGEM OPERACIONAL 5V; VOLTAGEM DE ENTRADA 6-20V; PINOS E/S DIGITAIS 14 (DOS QUAIS 6 PODEMS SER SAÍDAS PWM); PINOS DE ENTRADA ANALÓGICA 6; FLASH MEMORY 32 KB (ATMEGA328); SRAM 2 KB ; EEPROM: 1KB; VELOCIDADE DO CLOCK: 16MHZ	463196	Unidade	220	74,94	16.486,80
23	Cabo BNC-Jacaré para gerador de função comprimento 1m, impedância de entrada 50 ohms	393979	Unidade	109	42,20	4.599,80
24	Cabo coaxial, material dielétrico: polietileno, material do condutor: cobre estanhado, material cobertura: pvc, características adicionais: tubulação flexível,	342765	Rolo 100m	111	124,56	13.826,16

	tripolar, aplicação: ligação de câmara de cftv					
25	Caixa de cabo UTP rede Categoria 6 (TIA/EIA 568 B.2 / B.2- 1), cabos com 04 pares trançados, condutores sólidos de cobre 24 AWG, isolados em polietileno, capa externa em PVC não propagante à chama. O cabo deve estar de acordo com as diretivas RoHS (Restriction of Hazardous Substances). Compatível com conector RJ-45 macho Cat.6 TSB-155 ATM LAN 1.2 Gbit/s. Homologado pela Anatel. Na cor azul Mod. Referencia: Furukawa Gigalan	204875	Rolo 100m	71	399,90	28.392,90
26	Cabo teste ultra flexível 0.20mm (24 AWG) isolamento 350V para multímetro cor preta	462807	Rolo 100m	3	183,80	551,40
27	Cabo teste ultra flexível 0.20mm (24 AWG) isolamento 350V para multímetro cor vermelha	462807	Rolo 100m	3	183,80	551,40
28	Capacitor Disco Cerâmico 82 nF x 50 V	387631	Unidade	220	0,08	17,60
29	Capacitor Eletrolítico 2200 UF X 25V	238735	Unidade	250	1,79	447,50
30	Capacitor Eletrolítico 0,22uF x 100 V	238755	Unidade	250	0,24	60,00
31	Capacitor Eletrolítico 0,47uF x 100 V	238755	Unidade	250	0,20	50,00
32	Capacitor Eletrolítico 10 UF X 250V	299179	Unidade	200	0,39	78,00
33	Capacitor Eletrolítico 10 UF X 25V	248335	Unidade	330	0,18	59,40
34	Capacitor Eletrolítico 100 UF X 25V	238441	Unidade	332	0,27	89,64
35	Capacitor Eletrolítico 1000 UF X 25V	238734	Unidade	330	0,92	303,60
36	Capacitor Eletrolítico 10uF x 100 V	433780	Unidade	350	0,21	73,50

37	Capacitor Eletrolítico 1uF x 100 V	287985	Unidade	350	0,20	70,00
38	Capacitor Eletrolítico 2,2uF x 100 V	433781	Unidade	250	0,17	42,50
39	Capacitor Eletrolítico 220uF x 100 V	398789	Unidade	250	2,32	580,00
40	Capacitor Eletrolítico 22uF x 100 V	433781	Unidade	250	0,28	70,00
41	Capacitor Eletrolítico 3,3uF x 100 V	271703	Unidade	250	0,33	82,50
42	Capacitor Eletrolítico 330uF x 100 V	271703	Unidade	250	4,56	1.140,00
43	Capacitor Eletrolítico 33uF x 100 V	271703	Unidade	250	0,55	137,50
44	Capacitor Eletrolítico 4,7uF x 100 V	435032	Unidade	240	0,19	45,60
45	Capacitor Eletrolítico 470 UF X 400V	238732	Unidade	140	26,80	3.752,00
46	Capacitor Eletrolítico 470uF x 100 V	238732	Unidade	222	2,50	555,00
47	Capacitor Eletrolítico 47uF x 100 V	236904	Unidade	222	0,92	204,24
48	Capacitor fixo cerâmico, tensão nominal: 50 v, aplicação: práticas eletrônicas, capacitância nominal: 47 pf	393646	Unidade	240	0,07	16,80
49	Capacitor Políester 1 NF X 63V	362466	Unidade	220	0,42	92,40
50	Capacitor Políester 10 NF X 63V	387641	Unidade	220	0,68	149,60
51	Capacitor Políester 100 NF X 63V	379705	Unidade	170	0,43	73,10
52	Capacitor Políester 100nF x 100V (100KpF/100K/104/0,1uF)	379705	Unidade	230	0,44	101,20
53	Capacitor Políester 10nF x 100V (10KpF/10K/103/0,01uF)	362381	Unidade	230	0,27	62,10
54	Capacitor Políester 15nF x 100V (15KpF/153/0,015uF)	387641	Unidade	230	0,26	59,80
55	Capacitor Políester 470nF x 100V (0,47uF/470KpF/470K/474)	369524	Unidade	230	0,44	101,20
56	Capacitor Políester 47nF x 100V (47K/473/0,047uF)	387642	Unidade	230	0,28	64,40

57	Capacitor, tipo: cerâmico, capacitância: 22 nf, tensão nominal: 50 v, tolerância: +, - 10 per	346956	Unidade	222	0,11	24,42
58	Capacitor, tipo: cerâmico, capacitância: 220 pf, aplicação: eletrônica, tensão nominal: 50 v	387621	Unidade	240	0,08	19,20
59	Capacitor, tipo: cerâmico, capacitância: 4,7 nf, tensão nominal: 50 v, tolerância: +, - 10 per	346961	Unidade	222	0,05	11,10
60	Capacitor, tipo: cerâmico, capacitância: 820 pf, aplicação: eletrônica, tensão nominal: 50 v	387625	Unidade	240	0,09	21,60
61	Capacitores eletrolíticos 1000uF/25v	238734	Unidade	222	1,18	261,96
62	Capacitores eletrolíticos 10uF/25v	248335	Unidade	150	0,18	27,00
63	Capacitores eletrolíticos 1uF/63v	244933	Unidade	250	0,69	172,50
64	Capacitores eletrolíticos 220uF/25v	362980	Unidade	340	0,35	119,00
65	Capacitores eletrolíticos 22uF/25v	238437	Unidade	382	0,12	45,84
66	Capacitores eletrolíticos 47uF/25v	238439	Unidade	322	0,19	61,18
67	Capacitores eletrolíticos 100uF/63v	292215	Unidade	340	0,39	132,60
68	Chave Gangorra KCD1- 101 PULSANTE NA (Contato momentâneo)	340286	Unidade	40	2,00	80,00
69	Chave gangorra KCD1- 102 BRANCA com marcação (6A x 127VAC)	340286	Unidade	40	1,71	68,40
70	Chave Tactil 12x12x8,5 - 4 Terminais	340286	Unidade	430	0,50	215,00
71	Circuito Integrado 7400	248212	Unidade	320	1,32	422,40

72	Circuito integrado 7402	257230	Unidade	320	2,45	784,00
73	Circuito Integrado 7403	382676	Unidade	60	1,70	102,00
74	Circuito integrado 7404	248213	Unidade	310	1,15	356,50
75	Circuito integrado 7406	382676	Unidade	60	4,08	244,80
76	Circuito Integrado 7407	382676	Unidade	60	2,68	160,80
77	Circuito integrado 7408	382676	Unidade	310	1,86	576,60
78	Circuito integrado 74132	382676	Unidade	50	1,60	80,00
79	Circuito integrado 74138	382676	Unidade	150	4,09	613,50
80	Circuito integrado 74145	382676	Unidade	50	14,50	725,00
81	Circuito integrado 74164	382676	Unidade	50	2,46	123,00
82	Circuito integrado 74165	382676	Unidade	50	2,92	146,00
83	Circuito integrado 74166	382676	Unidade	150	3,30	495,00
84	Circuito integrado 74174	382676	Unidade	300	6,05	1.815,00
85	Circuito integrado 74245	382676	Unidade	50	2,13	106,50
86	Circuito integrado 74273	382676	Unidade	150	4,68	702,00
87	Circuito integrado 7430	382676	Unidade	150	8,80	1.320,00
88	Circuito integrado 7432	382676	Unidade	310	1,21	375,10
89	Circuito integrado 74393	382676	Unidade	157	6,23	978,11
90	Circuito integrado 7445	382676	Unidade	157	16,40	2.574,80
91	Circuito Integrado 7480	382676	Unidade	100	10,98	1.098,00

92	Circuito integrado 7486	382676	Unidade	317	3,44	1.090,48
93	Circuito integrado 7493	382676	Unidade	57	4,93	281,01
94	Circuito Integrado 74HC04	382676	Unidade	50	1,58	79,00
95	Circuito Integrado 74S04	382676	Unidade	50	6,70	335,00
96	Circuito Integrado 74LS04	382676	Unidade	50	1,43	71,50
97	Circuito Integrado LM317	393752	Unidade	307	2,40	736,80
98	Circuito Integrado LM3915	382676	Unidade	87	9,57	832,59
99	Circuito Integrado LM555	248205	Unidade	307	1,03	316,21
100	Circuito Integrado LM741	382676	Unidade	577	1,64	946,28
101	Circuito Integrado LM747	382676	Unidade	67	4,40	294,80
102	Circuito Integrado LM7805	382676	Unidade	267	1,66	443,22
103	Circuito Integrado LM7812	382676	Unidade	257	1,82	467,74
104	Circuito Integrado PIC16F628A	257243	Unidade	162	18,90	3.061,80
105	Circuito Integrado TIC106	382676	Unidade	60	3,38	202,80
106	Circuito Integrado TL071	382676	Unidade	70	2,25	157,50
107	Circuito Integrado TL072	382676	Unidade	70	2,52	176,40
108	Circuito integrado, corrente nominal: 1 a, tipo: passo com base em mosfet, 16 pinos, tensão alimentação: 4,5 va 13,5 v, características adicionais: frequencia maxima de pwm 100 khz, referência 3: referência 6612fng, sub-família: driver duplos ponte h	447143	Unidade	90	1,82	163,80

109	CONECTOR BNC RG58 PARA CABO COAXIAL, MATERIAL:LATÃO ZINCADO, TIPO:CLAMP MACHO, IMPEDÂNCIA:50 OHMS; Conector para Crimpar	334783	Unidade	150	11,76	1.764,00
110	Conector RJ-45 CAT- 5e (Macho) Característica/Configurações/Requisitos mínimos: Utilizado em cabeamento estruturado; deve Atender a FCC 68.5 (EMI - Interferência Eletromagnética); compatível com condutores de 22 a 26 AWG; Atender à política de respeito ao meio ambiente (Rohs) Atender aos requisitos da UL 94 – V-0 Compatível Com Os Padrões De Montagem T568a E T568b Construído em policarbonato incolor e contatos revestidos com uma camada de ouro.	463218	Unidade	2.730	0,29	791,70
111	Cristal quartzo, aplicação: eletrônica, frequência: 20 MHz	393466	Unidade	80	1,05	84,00
112	Cristal quartzo, frequência: 4 MHz, tipo uso: eletrônica	261876	Unidade	94	1,50	141,00
113	Cristal quartzo, tipo uso: eletrônica, frequência operação: 16 MHz	363148	Unidade	70	1,24	86,80
114	Diodo 1N4007	257568	Unidade	620	0,20	124,00
115	Diodo 1N4148	292282	Unidade	625	0,10	62,50
116	Diodo 1N4446	41270	Unidade	125	0,24	30,00
117	Diodo 1N4936	41270	Unidade	125	0,33	41,25
118	Diodo 1N4937	41270	Unidade	125	0,17	21,25
119	Diodo 1N5408	41270	Unidade	120	0,47	56,40
120	Diodo 1N5817	41270	Unidade	120	0,40	48,00

121	Diodo 1N5819	41270	Unidade	120	0,29	34,80
122	Diodo 1N5822	41270	Unidade	120	0,77	92,40
123	Diodo 6A10	41270	Unidade	120	2,57	308,40
124	Diodo 6A40	41270	Unidade	120	0,41	49,20
125	Diodo emissor luz, tipo: alto brilho, cor: branca, aplicação: eletrônica, tensão máxima: 5 v, diâmetro nominal: 5 mm, corrente nominal: 20 ma, invólucro: translúcido	411193	Unidade	910	0,25	227,50
126	Diodo LED 5mm cor amarelo	399737	Unidade	2.910	0,22	640,20
127	Diodo LED 5mm cor azul	257775	Unidade	2.910	0,39	1.134,90
128	Diodo LED 5mm cor verde	399737	Unidade	2.920	0,25	730,00
129	Diodo LED 5mm cor vermelha	257775	Unidade	2.920	0,25	730,00
130	Diodo LED 5mm infravermelho	399737	Unidade	660	0,61	402,60
131	Diodo Zener 10V 1W (1N4740A)	41270	Unidade	125	0,15	18,75
132	Diodo Zener 11V 1W (1N4741)	41270	Unidade	125	0,27	33,75
133	Diodo Zener 12V 1W (1N4742A)	41270	Unidade	125	0,24	30,00
134	Diodo Zener 13V 1W (1N4743A)	41270	Unidade	125	0,21	26,25
135	Diodo Zener 15V 1W (1N4744A)	41270	Unidade	125	0,25	31,25
136	Diodo Zener 16V 1W (1N4745)	41270	Unidade	120	0,21	25,20
137	Diodo Zener 18V 1W (1N4746A)	41270	Unidade	120	0,18	21,60
138	Diodo Zener 20V (1N4747)	41270	Unidade	120	0,21	25,20
139	Diodo Zener 22V 1W (1N4748)	41270	Unidade	120	0,21	25,20

140	Diodo Zener 24V 1W (1N4749A)	41270	Unidade	120	0,20	24,00
141	Diodo Zener 27V 1W (1N4750)	41270	Unidade	120	0,22	26,40
142	Diodo Zener 30V 1W (1N4751)	41270	Unidade	120	0,20	24,00
143	Diodo Zener 33V 1W (1N4752)	41270	Unidade	120	0,22	26,40
144	Diodo Zener 3V3 1W (1N4728)	41270	Unidade	320	0,26	83,20
145	Diodo Zener 3V6 1W (1N4729)	41270	Unidade	320	0,21	67,20
146	Diodo Zener 3V9 1W (1N4730)	41270	Unidade	320	0,15	48,00
147	Diodo Zener 4V3 1W (1N4731)	41270	Unidade	320	0,19	60,80
148	Diodo Zener 4V7 1W (1N4732)	41270	Unidade	320	0,15	48,00
149	Diodo Zener 5V1 1W (1N4733)	41270	Unidade	320	0,27	86,40
150	Diodo Zener 5V6 1W (1N4734A)	41270	Unidade	320	0,25	80,00
151	Diodo Zener 6V2 1W (1N4735)	41270	Unidade	320	0,20	64,00
152	Diodo Zener 6V8 1W (1N4736)	41270	Unidade	320	0,19	60,80
153	Diodo Zener 7V5 1W (1N4737A)	41270	Unidade	120	0,18	21,60
154	Diodo Zener 8V2 1W (1N4738)	41270	Unidade	320	0,27	86,40
155	Diodo Zener 9V1 1W (1N4739)	41270	Unidade	320	0,27	86,40
156	DISPLAY 7 SEGMENTOS, MODELO: ANODO COMUM	247064	Unidade	144	3,34	480,96
157	DISPLAY 7 SEGMENTOS, MODELO: CATODO COMUM	379868	Unidade	180	3,34	601,20
158	Ferro de soldar, potência: 30 w, tensão: 127 v, aplicação: industrial, formato ponta: cônica,	372123	Unidade	45	35,71	1.606,95

	material ponta: estanho, características adicionais: resistência porcelana					
159	Ferro de soldar, potência: 40 w, tensão: 127 v, aplicação: industrial, formato ponta: metalizada, material ponta: estanho, características adicionais: resistência convencional	372140	Unidade	54	34,46	1.860,84
160	Filtro linha, tensão alimentação: 127,220 v, potência máxima: 1.500 va, corrente máxima: 10 A, quantidade de saídas: 6 tomadas padrão nbr14136, características adicionais: chave on,off,fusíveis e led indicador, comprimento cabo: 5 m	437670	Unidade	194	42,00	8.148,00
161	Fio jumper, material condutor: cobre, cor: multicolorido, bitola: 22 awg, características adicionais: destacáveis, comprimento mínimo: 150 mm, aplicação: montagem protoboard, conectores: MACHO-FÊMEA	434214	Unidade	2.615	0,28	732,20
162	Fio jumper, material condutor: cobre, material isolamento: pvc, bitola: 22 awg, comprimento mínimo: 150 mm, aplicação: montagem protoboard, conectores: FÊMEA-FÊMEA	419031	Unidade	2.765	0,26	718,90
163	Fio jumper, material condutor: cobre, material isolamento: pvc, bitola: 22 awg, comprimento mínimo: 150 mm, aplicação: montagem protoboard, conectores: MACHO-MACHO	419031	Unidade	2.565	0,29	743,85
164	Fio solda, material núcleo: resina ativada, teor estanho: 60 per, teor chumbo: 40 per, diâmetro: 0,75 mm - 500g	314013	Unidade	39	140,74	5.488,86
165	Fita Isolante 19 mm x 20 metros	321184	Unidade	171	18,70	3.197,70
166	Fita isolante elétrica, características adicionais: auto fusão, largura nominal: 19 mm, comprimento nominal: 10 m	349549	Unidade	115	2,45	281,75

167	FLUXO SOLDA, ASPECTO FÍSICO:PASTOSO, COMPOSTO BÁSICO:CLORETO ZINCO E CLORETO AMÔNIA, APLICAÇÃO: soldagem eletrônica. Fornecida em: SERINGA com no mínimo 10g.	219163	Unidade	51	14,04	716,04
168	Fonte alimentação, compatibilidade: arduino uno, tensão saída: 9 V, corrente saída: 1 A, modelo: 3ps01	442538	Unidade	226	15,43	3.487,18
169	Fusível vidro, corrente nominal: 0,50 A, aplicação: eletrônica, tipo: 20 ag, voltagem: 250 v	292359	Unidade	230	0,29	66,70
170	Fusível vidro, corrente nominal: 1 A, aplicação: eletrônica, tipo: 20 ag, voltagem: 250 v	292363	Unidade	230	0,20	46,00
171	Fusível vidro, corrente nominal: 5 A, aplicação: eletrônica, tipo: 20 ag, voltagem: 250 V	292358	Unidade	200	0,30	60,00

1.2. Havendo divergência entre a especificação do bem constante no Termo de Referência e a descrição contida no Catálogo de Materiais (CATMAT) do SIASG, deverá prevalecer a especificação do Termo de Referência.

1.3. As necessidades específicas do CEFET/RJ têm por estimativas de consumo individualizadas os seguintes quantitativos:

REQUISIÇÃO MÍNIMA								
ITEM	MARACANÃ	MARIA DA GRAÇA	NOVA IGUAÇU	PETRÓPOLIS	NOVA FRIBURGO	ITAGUAÍ	VALENÇA	ANGRA DOS REIS
1	141	10	104	-	2	-	10	1
2	144	20	101	-	2	10	10	1
3	1	-	2	-	1	-	15	1
4	1	-	2	-	1	-	15	1
5	11	-	-	-	-	-	5	1
6	226	50	6	5	5	-	-	-
7	81	-	2	20	5	2	2	1
8	24	2	2	2	2	-	-	1
9	6	-	1	-	1	-	-	-

10	301	-	-	-		-	40	-
11	1	1	-	-	2	-	1	1
12	-	-	2	-	1	-	-	-
13	13	1	2	-	2	-	1	1
14	1	-	-	-	1	-	-	1
15	5	-	2	-	1	-	2	1
16	-	-	2	-	1	-	-	1
17	18	-	2	-	1	-	-	1
18	17	-	2	-	1	-	-	1
19	4	-	-	-	1	-	-	1
20	4	-	2	-	1	-	2	1
21	13	-	13	5	2	-	1	1
22	10	-	12	-	2	-	-	1
23	26	-	-	-	1	-	-	1
24	1	-	10	-		-	3	1
25	21	5	-	1	1	-	3	1
26	1	-	-	-		-	-	-
27	1	-	-	-		-	-	-
28	35	-	-	-	5	-	-	1
29	36	-	2	-	5	-	-	1
30	36	-	2	-	5	-	-	1
31	36	-	2	-	5	-	-	1
32	19	-	2	-	5	-	-	1
33	70	-	2	-	5	-	-	1
34	71	-	2	-	5	-	-	1
35	70	-	2	-	5	-	-	1
36	71	-	2	-	5	-	-	1
37	71	-	2	-	5	-	-	1
38	36	-	2	-	5	-	-	1
39	36	-	2	-	5	-	-	1
40	36	-	2	-	5	-	-	1
41	36	-	2	-	5	-	-	1
42	36	-	2	-	5	-	-	1
43	36	-	2	-	5	-	-	1
44	36	-	-	-	5	-	-	1
45	1	-	-	-	5	-	-	1
46	36	-	-	-	5	-	-	1
47	36	-	-	-	5	-	-	1
48	36	-	-	-	5	-	-	1
49	35	-	-	-	5	-	-	1
50	35	-	-	-	5	-	-	1
51	35	-	-	-	5	-	-	1
52	35	-	2	-	5	-	-	1
53	35	-	2	-	5	-	-	1

54	35	-	2	-	5	-	-	1
55	35	-	2	-	5	-	-	1
56	35	-	2	-	5	-	-	1
57	36	-	-	-	5	-	-	1
58	36	-	-	-	5	-	-	1
59	36	-	-	-	5	-	-	1
60	36	-	-	-	5	-	-	1
61	36	-	-	-	5	-	-	1
62	1	-	2	-	5	-	-	1
63	36	-	2	-	5	-	-	1
64	71	-	-	-	5	-	-	1
65	71	-	2	50	5	-	-	1
66	71	-	-	-	5	-	-	1
67	71	-	-	-	5	-	-	1
68	-	-	-	-	5	-	-	-
69	-	-	-	-	5	-	-	-
70	70	-	2	-	5	-	-	1
71	-	-	2	-	5	-	-	1
72	-	-	2	-	5	-	-	1
73	-	-	2	-	-	-	-	1
74	-	-	-	-	5	-	-	1
75	-	-	-	-	5	-	-	1
76	-	-	2	-	-	-	-	1
77	-	-	-	-	5	-	-	1
78	-	-	-	-	-	-	-	1
79	-	-	-	-	5	-	-	1
80	-	-	-	-	-	-	-	1
81	-	-	-	-	-	-	-	1
82	-	-	-	-	-	-	-	1
83	-	-	-	-	5	-	-	1
84	-	-	-	-	5	-	-	1
85	-	-	-	-	-	-	-	1
86	-	-	-	-	5	-	-	1
87	-	-	-	-	5	-	-	1
88	-	-	-	-	5	-	-	1
89	1	-	-	-	5	-	-	1
90	1	-	-	-	5	-	-	1
91	-	-	-	-	5	-	-	-
92	1	-	-	-	5	-	-	1
93	1	-	-	-	-	-	-	1
94	-	-	-	-	-	-	-	1
95	-	-	-	-	-	-	-	1
96	-	-	-	-	-	-	-	1
97	51	-	-	-	-	-	-	-

98	1	-	2	-	5	-	-	1
99	51	-	-	-	5	-	-	1
100	151	-	2	-	5	-	-	1
101	1	-	2	-	-	-	-	1
102	31	-	2	-	5	-	-	1
103	31	-	-	-	5	-	-	1
104	25	-	2	10	-	-	-	1
105	-	-	2	-	-	-	-	1
106	-	-	2	-	5	-	-	1
107	-	-	2	-	5	-	-	1
108	-	-	-	-	5	-	-	1
109	31	-	-	-	-	-	-	-
110	131	50	100	-	100	-	5	-
111	15	-	2	20	-	-	-	-
112	15	-	2	40	-	-	-	-
113	16	-	2	-	-	-	-	-
114	161	-	-	-	-	-	-	1
115	161	-	2	-	-	-	-	1
116	1	-	2	-	-	-	-	1
117	1	-	2	-	-	-	-	1
118	1	-	2	-	-	-	-	1
119	1	-	-	-	-	-	-	1
120	1	-	-	-	-	-	-	1
121	1	-	-	-	-	-	-	1
122	1	-	-	-	-	-	-	1
123	1	-	-	-	-	-	-	1
124	1	-	-	-	-	-	-	1
125	101	-	20	-	10	-	-	1
126	101	-	20	-	10	-	-	1
127	101	-	20	-	10	-	-	1
128	101	-	21	-	10	-	-	1
129	101	-	21	-	10	-	-	1
130	36	-	15	-	10	-	-	1
131	1	-	2	-	-	-	-	1
132	1	-	2	-	-	-	-	1
133	1	-	2	-	-	-	-	1
134	1	-	2	-	-	-	-	1
135	1	-	2	-	-	-	-	1
136	1	-	-	-	-	-	-	1
137	1	-	-	-	-	-	-	1
138	1	-	-	-	-	-	-	1
139	1	-	-	-	-	-	-	1
140	1	-	-	-	-	-	-	1
141	1	-	-	-	-	-	-	1

142	1	-	-	-	-	-	-	1
143	1	-	-	-	-	-	-	1
144	51	-	-	-	-	-	-	1
145	51	-	-	-	-	-	-	1
146	51	-	-	-	-	-	-	1
147	51	-	-	-	-	-	-	1
148	51	-	-	-	-	-	-	1
149	51	-	-	-	-	-	-	1
150	51	-	-	-	-	-	-	1
151	51	-	-	-	-	-	-	1
152	51	-	-	-	-	-	-	1
153	1	-	-	-	-	-	-	1
154	51	-	-	-	-	-	-	1
155	51	-	-	-	-	-	-	1
156	16	-	2	-	10	-	-	1
157	16	-	-	-	10	-	-	1
158	11	-	2	-	-	-	-	1
159	11	-	2	-	-	-	2	1
160	12	-	2	-	2	-	-	1
161	351	-	26	-	20	-	-	1
162	351	-	21	-	20	-	-	1
163	351	-	26	-	20	-	-	1
164	4	-	-	-	2	-	1	1
165	4	-	3	-	2	-	-	1
166	11	-	3	-	2	-	-	1
167	11	-	2	-	2	-	2	-
168	7	-	16	5	2	-	-	1
169	31	-	-	-	5	-	-	1
170	31	-	-	-	5	-	-	1
171	31	-	-	-	5	-	-	1

REQUISIÇÃO MÁXIMA								
ITEM	MARACANÃ	MARIA DA GRAÇA	NOVA IGUAÇU	PETRÓPOLIS	NOVA FRIBURGO	ITAGUAÍ	VALENÇA	ANGRA DOS REIS
1	338	20	1.035	-	18	-	25	208
2	373	40	1.005	-	20	50	25	208
3	15	-	5	-	5	-	30	10
4	30	-	5	-	10	-	30	10

5	16	-	-	-	-	-	10	15
6	555	200	62	5	215	-	-	-
7	282	-	2	20	60	10	4	14
8	65	4	2	2	25	-	-	50
9	56	-	10	-	5	-	-	-
10	310	-	-	-	-	-	80	-
11	2	1	-	-	11	-	2	5
12	-	-	2	-	2	-	-	-
13	31	1	14	-	32	-	2	5
14	2	-	-	-	14	-	-	2
15	22	-	7	-	10	-	4	5
16	-	-	5	-	2	-	-	2
17	39	-	10	-	10	-	-	10
18	38	-	6	-	10	-	-	10
19	10	-	-	-	2	-	-	2
20	15	-	5	-	25	-	5	8
21	47	-	124	10	65	-	2	16
22	29	-	119	-	71	-	-	1
23	95	-	-	-	10	-	-	4
24	3	-	100	-	-	-	6	2
25	25	15	-	12	6	-	12	1
26	1	-	-	-	-	-	-	-
27	1	-	-	-	-	-	-	-
28	100	-	-	-	20	-	-	100
29	120	-	10	-	20	-	-	100
30	120	-	10	-	20	-	-	100
31	120	-	10	-	20	-	-	100
32	70	-	10	-	20	-	-	100
33	200	-	10	-	20	-	-	100
34	202	-	10	-	20	-	-	100
35	200	-	10	-	20	-	-	100
36	220	-	10	-	20	-	-	100
37	220	-	10	-	20	-	-	100
38	120	-	10	-	20	-	-	100
39	120	-	10	-	20	-	-	100
40	120	-	10	-	20	-	-	100
41	120	-	10	-	20	-	-	100
42	120	-	10	-	20	-	-	100
43	120	-	10	-	20	-	-	100
44	120	-	-	-	20	-	-	100
45	20	-	-	-	20	-	-	100
46	102	-	-	-	20	-	-	100
47	102	-	-	-	20	-	-	100
48	120	-	-	-	20	-	-	100

49	100	-	-	-	20	-	-	100
50	100	-	-	-	20	-	-	100
51	50	-	-	-	20	-	-	100
52	100	-	10	-	20	-	-	100
53	100	-	10	-	20	-	-	100
54	100	-	10	-	20	-	-	100
55	100	-	10	-	20	-	-	100
56	100	-	10	-	20	-	-	100
57	102	-	-	-	20	-	-	100
58	120	-	-	-	20	-	-	100
59	102	-	-	-	20	-	-	100
60	120	-	-	-	20	-	-	100
61	102	-	-	-	20	-	-	100
62	20	-	10	-	20	-	-	100
63	120	-	10	-	20	-	-	100
64	220	-	-	-	20	-	-	100
65	202	-	10	50	20	-	-	100
66	202	-	-	-	20	-	-	100
67	220	-	-	-	20	-	-	100
68	-	-	-	-	40	-	-	-
69	-	-	-	-	40	-	-	-
70	200	-	10	-	200	-	-	20
71	-	-	10	-	260	-	-	50
72	-	-	10	-	260	-	-	50
73	-	-	10	-	-	-	-	50
74	-	-	-	-	260	-	-	50
75	-	-	-	-	10	-	-	50
76	-	-	10	-	-	-	-	50
77	-	-	-	-	260	-	-	50
78	-	-	-	-	-	-	-	50
79	-	-	-	-	100	-	-	50
80	-	-	-	-	-	-	-	50
81	-	-	-	-	-	-	-	50
82	-	-	-	-	-	-	-	50
83	-	-	-	-	100	-	-	50
84	-	-	-	-	250	-	-	50
85	-	-	-	-	-	-	-	50
86	-	-	-	-	100	-	-	50
87	-	-	-	-	100	-	-	50
88	-	-	-	-	260	-	-	50
89	7	-	-	-	100	-	-	50
90	7	-	-	-	100	-	-	50
91	-	-	-	-	100	-	-	-
92	7	-	-	-	260	-	-	50

93	7	-	-	-	-	-	-	50
94	-	-	-	-	-	-	-	50
95	-	-	-	-	-	-	-	50
96	-	-	-	-	-	-	-	50
97	307	-	-	-	-	-	-	-
98	7	-	10	-	20	-	-	50
99	207	-	-	-	50	-	-	50
100	507	-	10	-	10	-	-	50
101	7	-	10	-	-	-	-	50
102	107	-	10	-	100	-	-	50
103	107	-	-	-	100	-	-	50
104	100	-	2	10	-	-	-	50
105	-	-	10	-	-	-	-	50
106	-	-	10	-	10	-	-	50
107	-	-	10	-	10	-	-	50
108	-	-	-	-	40	-	-	50
109	150	-	-	-	-	-	-	-
110	460	250	1.000	-	1.000	-	20	-
111	50	-	10	20	-	-	-	-
112	50	-	4	40	-	-	-	-
113	60	-	10	-	-	-	-	-
114	520	-	-	-	-	-	-	100
115	520	-	5	-	-	-	-	100
116	20	-	5	-	-	-	-	100
117	20	-	5	-	-	-	-	100
118	20	-	5	-	-	-	-	100
119	20	-	-	-	-	-	-	100
120	20	-	-	-	-	-	-	100
121	20	-	-	-	-	-	-	100
122	20	-	-	-	-	-	-	100
123	20	-	-	-	-	-	-	100
124	20	-	-	-	-	-	-	100
125	310	-	200	-	200	-	-	200
126	310	-	200	-	2.200	-	-	200
127	310	-	200	-	2.200	-	-	200
128	310	-	210	-	2.200	-	-	200
129	310	-	210	-	2.200	-	-	200
130	110	-	150	-	200	-	-	200
131	20	-	5	-	-	-	-	100
132	20	-	5	-	-	-	-	100
133	20	-	5	-	-	-	-	100
134	20	-	5	-	-	-	-	100
135	20	-	5	-	-	-	-	100
136	20	-	-	-	-	-	-	100

137	20	-	-	-	-	-	-	100
138	20	-	-	-	-	-	-	100
139	20	-	-	-	-	-	-	100
140	20	-	-	-	-	-	-	100
141	20	-	-	-	-	-	-	100
142	20	-	-	-	-	-	-	100
143	20	-	-	-	-	-	-	100
144	220	-	-	-	-	-	-	100
145	220	-	-	-	-	-	-	100
146	220	-	-	-	-	-	-	100
147	220	-	-	-	-	-	-	100
148	220	-	-	-	-	-	-	100
149	220	-	-	-	-	-	-	100
150	220	-	-	-	-	-	-	100
151	220	-	-	-	-	-	-	100
152	220	-	-	-	-	-	-	100
153	20	-	-	-	-	-	-	100
154	220	-	-	-	-	-	-	100
155	220	-	-	-	-	-	-	100
156	60	-	4	-	60	-	-	20
157	60	-	-	-	100	-	-	20
158	36	-	7	-	-	-	-	2
159	36	-	5	-	-	-	5	8
160	33	-	20	-	41	-	-	100
161	1.015	-	260	-	990	-	-	350
162	1.015	-	210	-	1.240	-	-	300
163	1.015	-	260	-	740	-	-	550
164	20	-	-	-	10	-	2	7
165	30	-	21	-	10	-	-	110
166	40	-	25	-	30	-	-	20
167	32	-	5	-	10	-	4	-
168	25	-	151	5	30	-	-	15
169	150	-	-	-	30	-	-	50
170	150	-	-	-	30	-	-	50
171	120	-	-	-	30	-	-	50

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução, como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Os bens a serem adquiridos classificam-se como bens comuns, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520, de 2002.

5. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

5.1. Os bens descritos no Termo de Referência deverão, sempre que possível, seguir os critérios de sustentabilidade ambiental elencados no art. 4º do Decreto nº 7.746/2012, alterado pelo Decreto nº 9.178/2017, observando-se: a origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens; o baixo impacto sobre recursos naturais; a maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia, quando couber; e a maior vida útil e menor custo de manutenção do bem.

5.2. Dentre as recomendações voltadas para sustentabilidade ambiental, também deverão ser observados os seguintes critérios elencados no art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1 de 19 de janeiro de 2010:

5.2.1. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

5.2.2. Quando for o caso, que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

5.3. Caso necessário, poderá ser solicitada a apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências estabelecidas.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. Os bens serão adquiridos conforme a necessidade do CEFET/RJ.

6.2. Havendo contratação decorrente da Ata de Registro de Preços, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente (Nota de Empenho), conforme definido no Edital de Licitação.

6.2.1. Os bens e respectivos quantitativos, que forem solicitados a cada contratação decorrente da Ata de Registro de Preços, deverão ser entregues em remessa única,

no prazo máximo de 30 (trinta) dias e no campus do CEFET/RJ para o qual se destina a aquisição.

6.2.2.A entrega dos bens deverá ser efetuada em dia útil, mediante agendamento prévio junto ao respectivo local de entrega. Os dados dos campi do CEFET/RJ, para entrega dos bens, encontram-se relacionados na tabela abaixo:

CAMPUS	ENDEREÇO	DIAS E HORÁRIO PARA ENTREGA	TELEFONE PARA AGENDAMENTO DA ENTREGA	E-MAIL PARA AGENDAMENTO DA ENTREGA
MARACANÃ	<p>Rua Mata Machado, nº 46 - Maracanã – Rio de Janeiro – RJ. CEP: 20271-260.</p> <p>Observação:</p> <p>No caso de bens de consumo, a entrega deverá ser feita em dia útil, na Divisão de Materiais (DIMAT) do Campus Maracanã do CEFET/RJ, mediante agendamento prévio com ao menos 48 horas úteis de antecedência. O agendamento prévio para entrega dos bens é estritamente necessário e deverá ser feito por telefone ou através dos e-mails informados.</p> <p>No caso de bens permanentes, a entrega deverá ser feita em dia útil, na Divisão de Patrimônio (DIPAT) do Campus Maracanã do CEFET/RJ, mediante agendamento prévio com ao menos 48 horas úteis de antecedência. O agendamento prévio para entrega dos bens é estritamente necessário e deverá ser feito por telefone ou através dos e-mails informados.</p>	Segunda-feira a Sexta-feira das 11h às 16h	<p>• Divisão de Materiais (DIMAT):</p> <p>(21)2566-3174</p> <p>Contatos para mensagens via WhatsApp:</p> <p>Haroldo (21)99389-3015</p> <p>José Luiz (21)96411-7214</p> <p>• Divisão de Patrimônio (DIPAT):</p> <p>(21)2566-3005</p> <p>Contatos para mensagens via WhatsApp:</p> <p>Rodrigo (21)99670-8204</p> <p>José Luiz (21)96411-7214</p>	<p>• Divisão de Materiais (DIMAT):</p> <p>haroldo.bahia@cefet-rj.br gustavo.costa@cefet-rj.br jose.luiz.santos@cefet-rj.br</p> <p>• Divisão de Patrimônio (DIPAT):</p> <p>rodrigo.lourenco@cefet-rj.br jose.luiz.santos@cefet-rj.br</p>

MARIA DA GRAÇA	<p>➤ <u>Envio por Transportadora:</u></p> <p>Rua Miguel Ângelo, nº 96 - Maria da Graça - Rio de Janeiro – RJ. CEP: 20785-223.</p> <p>➤ <u>Envio por Correios:</u></p> <p>Avenida Maracanã, nº 229 – Maracanã - Rio de Janeiro – RJ. CEP: 20271-110.</p> <p>A/C da Seção de Almoxarifado e Patrimônio (SEPAT) do Campus Maria da Graça.</p>	Segunda-feira a Sexta-feira das 9h às 16h	<p>(21) 3297-7915</p> <p>(21) 3297-7904</p> <p>(21) 3297-7922</p>	sepat.mariadagraca@cefet-rj.br
VALENÇA	Rua Voluntários da Pátria, nº 30 - Belo Horizonte - Valença – RJ. CEP: 27600-000.	Segunda-feira a Sexta-feira das 10h às 16h	<p>(24) 2452-1932</p> <p>(24)2453-8536</p> <p>(24) 98813-7846</p>	pablo.amorim@cefet-rj.br
NOVA FRIBURGO	Av. Governador Roberto Silveira, nº 1900 – Prado - Nova Friburgo – RJ. CEP: 28635-000.	Segunda-feira a Sexta-feira das 9h às 16h	<p>(22)2519-8930</p> <p>(22) 2519-8933</p>	patrimonio.nf@cefet-rj.br
ITAGUAÍ	Rodovia Mário Covas, Lote J2, Quadra J – Distrito Industrial de Itaguaí – Itaguaí – RJ. CEP: 23812-101.	Segunda-feira a Sexta-feira das 8:30h às 13:30h	<p>(21) 2700-7827</p> <p>(21) 2700-7828</p> <p>(21)2700-7829</p>	sepat.it@cefet-rj.br
ANGRA DOS REIS	Rua do Areal, nº 522 – Parque Mambucaba - Angra dos Reis – RJ. CEP: 23953-030.	Segunda-feira a Sexta-feira das 9h às 16h	<p>(24) 3364-1769</p> <p>(24) 99850-3185</p>	sepat.angra@cefet-rj.br
NOVA IGUAÇU	Estrada de Adrianópolis, nº 1.317 - Santa Rita - Nova Iguaçu – RJ. CEP: 26041-271.	Segunda-feira, Quarta-feira e Sexta-feira das 9h às 16h	<p>(21) 2886-8904</p> <p>(21) 2886-8937</p>	sepat.ni@cefet-rj.br

PETRÓPOLIS	Rua do Imperador, nº 971 - Centro Histórico - Petrópolis - RJ (Antigo Fórum). CEP: 25620-003.	Segunda-feira a Sexta-feira das 8h às 17h	(24) 2292-9700	patrimonio.petropolis@cefet-rj.br seaco.petropolis@cefet-rj.br
------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------	----------------	-------------------------------------------------------------------

6.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no **ato da entrega**, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.7. O transporte e o seguro decorrentes da entrega do material deverão ser por conta da Contratada desde a origem até o local da entrega.

6.8. A Contratada deverá apresentar a nota fiscal/fatura contendo o mesmo CNPJ da nota de empenho para efeito de pagamento.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

8.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

8.1.7. Efetuar a entrega do objeto de acordo com as especificações e demais condições estipuladas neste Termo de Referência;

8.1.8. Efetuar a entrega de materiais novos, de primeiro uso, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor;

8.1.9. Cumprir, rigorosamente, os prazos estabelecidos sujeitando-se às penalidades e multas descritas no Edital e Anexos;

8.1.10. Responsabilizar-se, às suas expensas, pelo transporte e seguro em decorrência da entrega dos materiais desde a origem até o local de entrega;

8.1.11. Apresentar a nota fiscal/fatura contendo o mesmo CNPJ da nota de empenho para efeito de pagamento.

8.2. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme § 1º do Art. 65 da Lei 8.666, de 1993.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser

efetuados no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

- 12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
 - 12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao **SICAF** para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo:}$$

EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.

$I = \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438$, assim apurado:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

$I = (TX)$

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

- 13.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 13.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 13.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 13.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 13.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DO PRAZO DE GARANTIA DOS BENS

- 14.1. Relativamente ao item nº. 10: Será exigida garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, conforme prazo estabelecido na tabela abaixo:

ITEM	PRAZO MÍNIMO DE GARANTIA
10	12 meses

- 14.1.1. O prazo de garantia dos bens será contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 14.1.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.
- 14.2. Relativamente aos demais itens da contratação A contratada deverá prestar garantia aos bens pelo período mínimo determinado pelo Código de Defesa do Consumidor, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. Prevalecerá a garantia ofertada pelo fabricante em caso de prazo maior.
- 14.3. A contratada deverá fornecer, durante a vigência do prazo de garantia, meios de comunicação, tais como: e-mails, telefones fixos e celulares, para que a contratante acione a devida assistência em caso de problemas com o objeto.
- 14.4. Os bens deverão ser novos, de primeiro uso e qualidade, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor.
- 14.5. Deverá ser possível a abertura de chamados, através da Internet ou telefone.

- 14.6. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado para contratação, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 15.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 15.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 15.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 15.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 15.1.5. Cometer fraude fiscal.

- 15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- 15.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 15.2.2. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- 15.2.3. Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 15.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 15.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- 15.2.6. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
 - 15.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 15.1 deste Termo de Referência.

- 15.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a

penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

- 15.3. As sanções previstas nos subitens 15.2.1, 15.2.5, 15.2.6 e 15.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 15.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
 - 15.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 15.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 15.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 15.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 15.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, caso exigida, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
 - 15.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 15.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 15.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 15.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 15.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no **SICAF**.

16. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

16.1. O custo estimado da contratação encontra-se previsto nos valores monetários constantes na tabela de especificação do objeto, disposta no presente Termo de Referência.

Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 2022.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

Estudo Técnico Preliminar 163/2021

1. Informações Básicas

Número do processo: 2306300412/2022-24

2. Descrição da necessidade

SRP LAB EE Nº 1 - PAC 2021

A necessidade da realização desta aquisição por ata de registro de preços visa atender a demanda de materiais eletroeletrônicos, necessária à manutenção das atividades laboratoriais dos cursos técnicos e graduações dos Campi do CEFET/RJ, evitando prejuízos ao processo de ensino e aprendizagem dos alunos dos cursos integrados e subsequentes do CEFET/RJ. Ademais, a ata permite um fornecimento de materiais ao longo do ano, de acordo com a necessidade de consumo durante o período, fazendo com que os recursos sejam aproveitados da melhor forma possível, evitando o desperdício.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DEMET	Francisco de Assis Bandeira Alves
Campus Angra	Everton Pedroza dos Santos
Campus Itaguaí	Luiz Diniz Correa
DIPPG	Ronney Arismel Mancebo Boloy
DIRAP	Bianca de Franca Tempone Felga de Moraes
DIREG	Maurício Saldanha Motta
DIREX	José Maurício de Azevedo Cardoso
Campus Maria da Graça	Saulo Santiago Bohrer
Campus Nova Friburgo	Gisele Moraes Marinho
Campus Nova Iguaçu	Luane da Costa P. L. Fragoso
Campus Petrópolis	Frederico Ferreira de Oliveira
Campus Valença	Pablo Machado Amorim

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Consultar Tópicos;

-Nº 2. Descrição da necessidade;

-Nº 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas : características básicas descritas na relação de itens;

-Nº 14. Possíveis Impactos Ambientais : onde se apresenta a compilação da cláusula.

5. Levantamento de Mercado

O levantamento foi realizado com base nas descrições fornecidas pelas Coordenação da áreas em questão presentes no DEMET detentoras da expertise para discussão do tema

6. Descrição da solução como um todo

VER TÓPICOS DESTE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR:

2. Descrição da necessidade;

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	PILHA ALCALINA 1,5 V AA, cartela com 4 unidades Características adicionais: tamanho P, sistema eletroquímico: alcalina, tensão nominal: 1,5 V	1.644
2	PILHA ALCALINA 1,5 V AAA - cartela com 4 unidades	1.721
3	PILHAS RECARREGÁVEIS AA; Ni-MH, tamanho AA , alta capacidade de no mínimo 2000 mAh podendo ser recarregadas pelo menos 1000 vezes. Voltagem 1,2 v. Devem ser fornecidas em embalagem com pelo menos 2 unidades RECARREGÁVEIS e lacrada pelo fabricante.	65
4	PILHAS RECARREGÁVEIS AAA; Ni-MH , tamanho AAA , alta capacidade de no mínimo 900 mAh podendo ser recarregadas pelo menos 1000 vezes. Voltagem 1,2 v. Devem ser fornecidas em embalagem com pelo menos 2 unidades RECARREGÁVEIS e lacrada pelo fabricante.	85
5	BATERIA cr2025 - computador, tipo: lithium, tensão alimentação: 3v - pacote com 5 Unidades	41
6	BATERIA cr2032 - computador, tipo: lithium, tensão alimentação: 3v, aplicação: para setup (bios), pacote 5 baterias	1.037
7	BATERIA NÃO RECARREGÁVEL, tipo: alcalina, voltagem: 9 V, aplicação: aparelho eletro-eletrônico	392
8	BATERIA RECARREGÁVEL, aplicação: equipamentos eletrônicos, sistema eletroquímico: alcalina, capacidade nominal: 565 mah, dimensões: 47 x 25,5 x 16,5 mm, tensão nominal: 9 v	148
9	BATERIA SELADA, tensão: 12 v, capacidade: 7 Ah, comprimento: 150 mm, largura: 64,5 mm, altura:	71

	101 mm, peso: 2,50 kg, frequência: 60 Hz, frequência saída: 60 Hz, aplicação: "no-break" potência 50 KVA	
10	<p>BATERIA SELADA PARA NO-BREAK 12V</p> <p>Característica/Configurações/Requisitos mínimos: Bateria selada com tensão de 12V e corrente de 7A. Ideal para ser usada em no-breaks. Compostas de chumbo-ácido reguladas por válvulas (VRLA) "seladas".</p> <p>Conectores tipo A (Faston-T1) em cobre. Nunca necessitam reposição de água e podem operar em várias posições.</p> <p>Tensão: 12V; Corrente máxima de fornecimento: 7A; Corrente máxima de carga: 2,1A; Resistência interna: 18 mOhm; Dimensões: 7/15,5/10 cm (Profundidade/Largura/Altura); Peso: 2,8 Kg. Garantia: 1 ano do fabricante.</p>	390
11	CARREGADOR BATERIA, tipo: universal automático, velocidade carga: rápida, tensão alimentação: 100,240 vca, capacidade: 4 pilhas e 2 baterias, características adicionais: proteção p, inversão polaridade e aumento temperat., frequência: 50,60 hz, tensão bateria: 9 v	21
12	<p>CARREGADOR DE PILHAS</p> <p>Característica/Configurações/Requisitos mínimos: Carregador para 4 pilhas recarregáveis AA ou 4 AAA ou duas baterias 9V; deverá conter luz indicadora do processo de carga; desligar automaticamente quando a carga está completa; conter dois canais de carga independentes; Bilvolt automático (AC 100-240V); Compatível com o novo padrão brasileiro de tomadas; Garantia: 3 meses</p>	4
13	Alcool isopropílico, aspecto físico: líquido, aplicação: limpeza de placas eletrônicas, pureza mínima: 99,99%	85
14	Alicate Decapador Universal de Cabos de Rede com regulador manual de lâmina - Referencia HT-S501B. Com regulador manual de lâmina	18
15	<p>ALICATE PARA CRIMPAR, MATERIAL: AÇO CROMO VANÁDIO, TIPO CABO: ISOLADO, APLICAÇÃO:RJ45 (8 CONTATOS), CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:FUNÇÃO CORTE DECAPE/SISTEMA MOLAS REABERTURA AUTOM, MATERIAL CABO: PLÁSTICO, TIPO CORTE: RETO, COMPRIMENTO: 203 MM</p>	48

16	Alicate Pushdown de Inserção (profissional) - Referencia EHT-324B. Alicate empalmador de terminal, nome alicate empalmador de terminal - Com regulador de pressão / dispositivo de corte do fio automaticamente/	9
17	Alicate de bico chato e longo isolado: DIN ISO 5745	69
18	Alicate de corte diagonal (modelo sueco) isolado : DIN ISO 5749	64
19	Alicate para crimpar CAT6 profissional - Referencia 35030000 Furukawa Robusto, alta precisão, cabo isolado, aplicação: conectores RJ45 categoria 5e / 6. Corpo em Termoplástico / Aço e desejável sistema de catraca.	14
20	Anticorrosivo em spray, aplicação: metais em geral, aspecto físico: líquido, modelo de referência: wd-40, lata com no mínimo 300 ml	58
21	Arduino mega 2560 com cabo usb. microcontrolador: atmega2560, aplicação: kit prototipagem, características adicionais: tensão de operação: 5 VCC, tensão de entrada: 5-12V	264
22	ARDUINO UNO R3 + CABO USB. MICROCONTROLADOR ATMEGA328; VOLTAGEM OPERACIONAL 5V; VOLTAGEM DE ENTRADA 6-20V; PINOS E/S DIGITAIS 14 (DOS QUAIS 6 PODEM SER SAÍDAS PWM); PINOS DE ENTRADA ANALÓGICA 6; FLASH MEMORY 32 KB (ATMEGA328); SRAM 2 KB ; EEPROM: 1KB; VELOCIDADE DO CLOCK: 16MHZ	220
23	Cabo BNC-Jacaré para gerador de função comprimento 1m, impedância de entrada 50 ohms	109
24	Cabo coaxial, material dielétrico: polietileno, material do condutor: cobre estanhado, material cobertura: pvc, características adicionais: tubulação flexível, tripolar, aplicação: ligação de câmera de cftv	111
25	Caixa de cabo UTP rede Categoria 6 (TIA/EIA 568 B.2 / B.2- 1), cabos com 04 pares trançados, condutores sólidos de cobre 24 AWG, isolados em polietileno, capa externa em PVC não propagante à chama. O cabo deve estar de acordo com as diretivas RoHS (Restriction of Hazardous Substances). Compatível com conector RJ-45 macho Cat.6 TSB-155 ATM LAN 1.2 Gbit/s. Homologado pela Anatel. Na cor azul Mod. Referencia: Furukawa Gigalan	71

26	Cabo teste ultra flexível 0.20mm (24 AWG) isolamento 350V para multímetro cor preta	3
27	Cabo teste ultra flexível 0.20mm (24 AWG) isolamento 350V para multímetro cor vermelha	3
28	Capacitor Disco Cerâmico 82 nF x 50 V	220
29	Capacitor Eletrolítico 2200 UF X 25V	250
30	Capacitor Eletrolítico 0,22uF x 100 V	250
31	Capacitor Eletrolítico 0,47uF x 100 V	250
32	Capacitor Eletrolítico 10 UF X 250V	200
33	Capacitor Eletrolítico 10 UF X 25V	330
34	Capacitor Eletrolítico 100 UF X 25V	332
35	Capacitor Eletrolítico 1000 UF X 25V	330
36	Capacitor Eletrolítico 10uF x 100 V	350
37	Capacitor Eletrolítico 1uF x 100 V	350
38	Capacitor Eletrolítico 2,2uF x 100 V	250
39	Capacitor Eletrolítico 220uF x 100 V	250
40	Capacitor Eletrolítico 22uF x 100 V	250
41	Capacitor Eletrolítico 3,3uF x 100 V	250
42	Capacitor Eletrolítico 330uF x 100 V	250
43	Capacitor Eletrolítico 33uF x 100 V	250
44	Capacitor Eletrolítico 4,7uF x 100 V	240
45	Capacitor Eletrolítico 470 UF X 400V	140
46	Capacitor Eletrolítico 470uF x 100 V	222
47	Capacitor Eletrolítico 47uF x 100 V	222
48	Capacitor fixo cerâmico, tensão nominal: 50 v, aplicação: práticas eletrônicas, capacitância nominal: 47 pf	240
49	Capacitor Poliéster 1 NF X 63V	220
50	Capacitor Poliéster 10 NF X 63V	220
51	Capacitor Poliéster 100 NF X 63V	170
52	Capacitor Poliéster 100nF x 100V (100KpF/100K /104/0,1uF)	230
53	Capacitor Poliéster 10nF x 100V (10KpF/10K/103/0,01uF)	230
54	Capacitor Poliéster 15nF x 100V (15KpF/153/0,015uF)	230
55	Capacitor Poliéster 470nF x 100V (0,47uF/470KpF /470K/474)	230
56	Capacitor Poliéster 47nF x 100V (47K/473/0,047uF)	230
57	Capacitor, tipo: cerâmico, capacitância: 22 nf, tensão nominal: 50 v, tolerância: +, - 10 per	222
	Capacitor, tipo: cerâmico, capacitância: 220 pf,	

58	aplicação: eletrônica, tensão nominal: 50 v	240
59	Capacitor, tipo: cerâmico, capacitância: 4,7 nf, tensão nominal: 50 v, tolerância: +,- 10 per	222
60	Capacitor, tipo: cerâmico, capacitância: 820 pf, aplicação: eletrônica, tensão nominal: 50 v	240
61	Capacitores eletrolíticos 1000uF/25v	222
62	Capacitores eletrolíticos 10uF/25v	150
63	Capacitores eletrolíticos 1uF/63v	250
64	Capacitores eletrolíticos 220uF/25v	340
65	Capacitores eletrolíticos 22uF/25v	382
66	Capacitores eletrolíticos 47uF/25v	322
67	Capacitores eletrolíticos 100uF/63v	340
68	Chave Gangorra KCD1- 101 PULSANTE NA (Contato momentâneo)	40
69	Chave gangorra KCD1- 102 BRANCA com marcação (6A x 127VAC)	40
70	Chave Tactil 12x12x8,5 - 4 Terminais	430
71	Circuito Integrado 7400	320
72	Circuito integrado 7402	320
73	Circuito Integrado 7403	60
74	Circuito integrado 7404	310
75	Circuito integrado 7406	60
76	Circuito Integrado 7407	60
77	Circuito integrado 7408	310
78	Circuito integrado 74132	50
79	Circuito integrado 74138	150
80	Circuito integrado 74145	50
81	Circuito integrado 74164	50
82	Circuito integrado 74165	50
83	Circuito integrado 74166	150
84	Circuito integrado 74174	300
85	Circuito integrado 74245	50
86	Circuito integrado 74273	150
87	Circuito integrado 7430	150
88	Circuito integrado 7432	310
89	Circuito integrado 74393	157
90	Circuito integrado 7445	157
91	Circuito Integrado 7480	100
92	Circuito integrado 7486	317
93	Circuito integrado 7493	57
94	Circuito Integrado 74HC04	50

95	Circuito Integrado 74S04	50
96	Circuito Integrado 74LS04	50
97	Circuito Integrado LM317	307
98	Circuito Integrado LM3915	87
99	Circuito Integrado LM555	307
100	Circuito Integrado LM741	577
101	Circuito Integrado LM747	67
102	Circuito Integrado LM7805	267
103	Circuito Integrado LM7812	257
104	Circuito Integrado PIC16F628A	162
105	Circuito Integrado TIC106	60
106	Circuito Integrado TL071	70
107	Circuito Integrado TL072	70
108	Circuito integrado, corrente nominal: 1 a, tipo: passo com base em mosfet, 16 pinos, tensão alimentação: 4,5 va 13,5 v, características adicionais: frequencia maxima de pwm 100 khz, referência 3: referência 6612fng, sub-família: driver duplos ponte h	90
109	CONECTOR BNC RG58 PARA CABO COAXIAL, MATERIAL:LATÃO ZINCADO, TIPO:CLAMP MACHO, IMPEDÂNCIA:50 OHMS; Conector para Crimpar	150
110	Conector RJ-45 CAT- 5e (Macho) Característica/Configurações/Requisitos mínimos: Utilizado em cabeamento estruturado; deve Atender a FCC 68.5 (EMI - Interferência Eletromagnética); compatível com condutores de 22 a 26 AWG; Atender à política de respeito ao meio ambiente (Rohs) Atender aos requisitos da UL 94 –V-0 Compatível Com Os Padrões De Montagem T568a E T568b Construído em policarbonato incolor e contatos revestidos com uma camada de ouro.	2.730
111	Cristal quartzo, aplicação: eletrônica, frequência: 20 MHz	80
112	Cristal quartzo, frequência: 4 MHz, tipo uso: eletrônica	94
113	Cristal quartzo, tipo uso: eletrônica, frequência operação: 16 MHz	70
114	Diodo 1N4007	620
115	Diodo 1N4148	625
116	Diodo 1N4446	125

117	Diodo 1N4936	125
118	Diodo 1N4937	125
119	Diodo 1N5408	120
120	Diodo 1N5817	120
121	Diodo 1N5819	120
122	Diodo 1N5822	120
123	Diodo 6A10	120
124	Diodo 6A40	120
125	Diodo emissor luz, tipo: alto brilho, cor: branca, aplicação: eletrônica, tensão máxima: 5 v, diâmetro nominal: 5 mm, corrente nominal: 20 ma, invólucro: translúcido	910
126	Diodo LED 5mm cor amarelo	2.910
127	Diodo LED 5mm cor azul	2.910
128	Diodo LED 5mm cor verde	2.920
129	Diodo LED 5mm cor vermelha	2.920
130	Diodo LED 5mm infravermelho	660
131	Diodo Zener 10V 1W (1N4740A)	125
132	Diodo Zener 11V 1W (1N4741)	125
133	Diodo Zener 12V 1W (1N4742A)	125
134	Diodo Zener 13V 1W (1N4743A)	125
135	Diodo Zener 15V 1W (1N4744A)	125
136	Diodo Zener 16V 1W (1N4745)	120
137	Diodo Zener 18V 1W (1N4746A)	120
138	Diodo Zener 20V (1N4747)	120
139	Diodo Zener 22V 1W (1N4748)	120
140	Diodo Zener 24V 1W (1N4749A)	120
141	Diodo Zener 27V 1W (1N4750)	120
142	Diodo Zener 30V 1W (1N4751)	120
143	Diodo Zener 33V 1W (1N4752)	120
144	Diodo Zener 3V3 1W (1N4728)	320
145	Diodo Zener 3V6 1W (1N4729)	320
146	Diodo Zener 3V9 1W (1N4730)	320
147	Diodo Zener 4V3 1W (1N4731)	320
148	Diodo Zener 4V7 1W (1N4732)	320
149	Diodo Zener 5V1 1W (1N4733)	320
150	Diodo Zener 5V6 1W (1N4734A)	320
151	Diodo Zener 6V2 1W (1N4735)	320
152	Diodo Zener 6V8 1W (1N4736)	320
153	Diodo Zener 7V5 1W (1N4737A)	120
154	Diodo Zener 8V2 1W (1N4738)	320

155	Diodo Zener 9V1 1W (1N4739)	320
156	DISPLAY 7 SEGMENTOS, MODELO: ANODO COMUM	144
157	DISPLAY 7 SEGMENTOS, MODELO: CATODO COMUM	180
158	Ferro de soldar, potência: 30 w, tensão: 127 v, aplicação: industrial, formato ponta: cônica, material ponta: estanho, características adicionais: resistência porcelana	45
159	Ferro de soldar, potência: 40 w, tensão: 127 v, aplicação: industrial, formato ponta: metalizada, material ponta: estanho, características adicionais: resistência convencional	54
160	Filtro linha, tensão alimentação: 127,220 v, potência máxima: 1.500 va, corrente máxima: 10 A, quantidade de saídas: 6 tomadas padrão nbr14136, características adicionais: chave on,off,fusíveis e led indicador, comprimento cabo: 5 m	194
161	Fio jumper, material condutor: cobre, cor: multicolorido, bitola: 22 awg, características adicionais: destacáveis, comprimento mínimo: 150 mm, aplicação: montagem protoboard, conectores: MACHO-FÊMEA	2.615
162	Fio jumper, material condutor: cobre, material isolamento: pvc, bitola: 22 awg, comprimento mínimo: 150 mm, aplicação: montagem protoboard, conectores: FÊMEA-FÊMEA	2.765
163	Fio jumper, material condutor: cobre, material isolamento: pvc, bitola: 22 awg, comprimento mínimo: 150 mm, aplicação: montagem protoboard, conectores: MACHO-MACHO	2.565
164	Fio solda, material núcleo: resina ativada, teor estanho: 60 per, teor chumbo: 40 per, diâmetro: 0,75 mm - 500g	39
165	Fita Isolante 19 mm x 20 metros	171
166	Fita isolante elétrica, características adicionais: auto fusão, largura nominal: 19 mm, comprimento nominal: 10 m	115
167	FLUXO SOLDA, ASPECTO FÍSICO:PASTOSO, COMPOSTO BÁSICO:CLORETO ZINCO E CLORETO AMÔNIA, APLICAÇÃO: soldagem eletrônica. Fornecida em: SERINGA com no mínimo 10g.	51
168	Fonte alimentação, compatibilidade: arduino uno, tensão saída: 9 V, corrente saída: 1 A, modelo:	226

	3ps01	
169	Fusível vidro, corrente nominal: 0,50 A, aplicação: eletrônica, tipo: 20 ag, voltagem: 250 v	230
170	Fusível vidro, corrente nominal: 1 A, aplicação: eletrônica, tipo: 20 ag, voltagem: 250 v	230
171	Fusível vidro, corrente nominal: 5 A, aplicação: eletrônica, tipo: 20 ag, voltagem: 250 V	200

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 296.459,56

N	Unid fornecimento	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
1	CARTELA	1.644	12,99	21.355,56
2	CARTELA	1.721	7,13	12.270,73
3	PACOTE	65	28,71	1.866,15
4	PACOTE	85	13,63	1.158,55
5	PACOTE	41	9,40	385,40
6	PACOTE	1.037	8,45	8.762,65
7	Unidade	392	14,80	5.801,60
8	Unidade	148	17,17	2.541,16
9	Unidade	71	90,00	6.390,00
10	Unidade	390	93,56	36.488,40
11	Unidade	21	82,96	1.742,16
12	Unidade	4	88,01	352,04
13	Frasco de 1 Litro	85	34,20	2.907,00
14	Unidade	18	21,00	378,00
15	Unidade	48	47,50	2.280,00
16	Unidade	9	71,31	641,79
17	Unidade	69	152,62	10.530,78
18	Unidade	64	151,41	9.690,24
19	Unidade	14	299,70	4.195,80
20	Unidade	58	29,58	1.715,64
21	Unidade	264	114,90	30.333,60
22	Unidade	220	74,94	16.486,80
23	Unidade	109	42,20	4.599,80

24	Rolo 100m	111	124,56	13.826,16
25	Rolo 100m	71	399,90	28.392,90
26	Rolo 100m	3	183,80	551,40
27	Rolo 100m	3	183,80	551,40
28	Unidade	220	0,08	17,60
29	Unidade	250	1,79	447,50
30	Unidade	250	0,24	60,00
31	Unidade	250	0,20	50,00
32	Unidade	200	0,39	78,00
33	Unidade	330	0,18	59,40
34	Unidade	332	0,27	89,64
35	Unidade	330	0,92	303,60
36	Unidade	350	0,21	73,50
37	Unidade	350	0,20	70,00
38	Unidade	250	0,17	42,50
39	Unidade	250	2,32	580,00
40	Unidade	250	0,28	70,00
41	Unidade	250	0,33	82,50
42	Unidade	250	4,56	1.140,00
43	Unidade	250	0,55	137,50
44	Unidade	240	0,19	45,60
45	Unidade	140	26,80	3.752,00
46	Unidade	222	2,50	555,00
47	Unidade	222	0,92	204,24
48	Unidade	240	0,07	16,80
49	Unidade	220	0,42	92,40
50	Unidade	220	0,68	149,60
51	Unidade	170	0,43	73,10
52	Unidade	230	0,44	101,20
53	Unidade	230	0,27	62,10
54	Unidade	230	0,26	59,80
55	Unidade	230	0,44	101,20

56	Unidade	230	0,28	64,40
57	Unidade	222	0,11	24,42
58	Unidade	240	0,08	19,20
59	Unidade	222	0,05	11,10
60	Unidade	240	0,09	21,60
61	Unidade	222	1,18	261,96
62	Unidade	150	0,18	27,00
63	Unidade	250	0,69	172,50
64	Unidade	340	0,35	119,00
65	Unidade	382	0,12	45,84
66	Unidade	322	0,19	61,18
67	Unidade	340	0,39	132,60
68	Unidade	40	2,00	80,00
69	Unidade	40	1,71	68,40
70	Unidade	430	0,50	215,00
71	Unidade	320	1,32	422,40
72	Unidade	320	2,45	784,00
73	Unidade	60	1,70	102,00
74	Unidade	310	1,15	356,50
75	Unidade	60	4,08	244,80
76	Unidade	60	2,68	160,80
77	Unidade	310	1,86	576,60
78	Unidade	50	1,60	80,00
79	Unidade	150	4,09	613,50
80	Unidade	50	14,50	725,00
81	Unidade	50	2,46	123,00
82	Unidade	50	2,92	146,00
83	Unidade	150	3,30	495,00
84	Unidade	300	6,05	1.815,00
85	Unidade	50	2,13	106,50
86	Unidade	150	4,68	702,00
87	Unidade	150	8,80	1.320,00

88	Unidade	310	1,21	375,10
89	Unidade	157	6,23	978,11
90	Unidade	157	16,40	2.574,80
91	Unidade	100	10,98	1.098,00
92	Unidade	317	3,44	1.090,48
93	Unidade	57	4,93	281,01
94	Unidade	50	1,58	79,00
95	Unidade	50	6,70	335,00
96	Unidade	50	1,43	71,50
97	Unidade	307	2,40	736,80
98	Unidade	87	9,57	832,59
99	Unidade	307	1,03	316,21
100	Unidade	577	1,64	946,28
101	Unidade	67	4,40	294,80
102	Unidade	267	1,66	443,22
103	Unidade	257	1,82	467,74
104	Unidade	162	18,90	3.061,80
105	Unidade	60	3,38	202,80
106	Unidade	70	2,25	157,50
107	Unidade	70	2,52	176,40
108	Unidade	90	1,82	163,80
109	Unidade	150	11,76	1.764,00
110	Unidade	2.730	0,29	791,70
111	Unidade	80	1,05	84,00
112	Unidade	94	1,50	141,00
113	Unidade	70	1,24	86,80
114	Unidade	620	0,20	124,00
115	Unidade	625	0,10	62,50
116	Unidade	125	0,24	30,00
117	Unidade	125	0,33	41,25
118	Unidade	125	0,17	21,25
119	Unidade	120	0,47	56,40

120	Unidade	120	0,40	48,00
121	Unidade	120	0,29	34,80
122	Unidade	120	0,77	92,40
123	Unidade	120	2,57	308,40
124	Unidade	120	0,41	49,20
125	Unidade	910	0,25	227,50
126	Unidade	2.910	0,22	640,20
127	Unidade	2.910	0,39	1.134,90
128	Unidade	2.920	0,25	730,00
129	Unidade	2.920	0,25	730,00
130	Unidade	660	0,61	402,60
131	Unidade	125	0,15	18,75
132	Unidade	125	0,27	33,75
133	Unidade	125	0,24	30,00
134	Unidade	125	0,21	26,25
135	Unidade	125	0,25	31,25
136	Unidade	120	0,21	25,20
137	Unidade	120	0,18	21,60
138	Unidade	120	0,21	25,20
139	Unidade	120	0,21	25,20
140	Unidade	120	0,20	24,00
141	Unidade	120	0,22	26,40
142	Unidade	120	0,20	24,00
143	Unidade	120	0,22	26,40
144	Unidade	320	0,26	83,20
145	Unidade	320	0,21	67,20
146	Unidade	320	0,15	48,00
147	Unidade	320	0,19	60,80
148	Unidade	320	0,15	48,00
149	Unidade	320	0,27	86,40
150	Unidade	320	0,25	80,00
151	Unidade	320	0,20	64,00

152	Unidade	320	0,19	60,80
153	Unidade	120	0,18	21,60
154	Unidade	320	0,27	86,40
155	Unidade	320	0,27	86,40
156	Unidade	144	3,34	480,96
157	Unidade	180	3,34	601,20
158	Unidade	45	35,71	1.606,95
159	Unidade	54	34,46	1.860,84
160	Unidade	194	42,00	8.148,00
161	Unidade	2.615	0,28	732,20
162	Unidade	2.765	0,26	718,90
163	Unidade	2.565	0,29	743,85
164	Unidade	39	140,74	5.488,86
165	Unidade	171	18,70	3.197,70
166	Unidade	115	2,45	281,75
167	Unidade	51	14,04	716,04
168	Unidade	226	15,43	3.487,18
169	Unidade	230	0,29	66,70
170	Unidade	230	0,20	46,00
171	Unidade	200	0,30	60,00

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

NÃO SE APLICA.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

NÃO SE APLICA.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação foi informada no Plano Anual de Contratações 2021 conforme itens Nº 01 ao 171.

VER:

ANEXO IV - PAC 2021 COMPROVANTE LAB EE

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

01. atendimento às necessidades descritas no tópico N° 2 deste ETP;
02. economia de escala, consagrada nas compras centralizadas;
03. simplificação e redução dos custos operacionais para processos públicos de contratação e aquisição;
04. padronização dos itens objeto deste ETP.

13. Providências a serem Adotadas

Vide Anexo V- Mapa de Risco

14. Possíveis Impactos Ambientais

A fim de MITIGAR riscos aos meio ambiente, a cláusula 5. , do **DOS CRITÉRIOS** respectivo Termo de Referência elenca medidas **DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL** abaixo compiladas:

5.1. Os bens descritos no Termo de Referência deverão, sempre que possível, seguir os critérios de sustentabilidade ambiental elencados no art. 4º do Decreto nº 7.746 /2012, alterado pelo Decreto nº 9.178/2017, observando-se: a origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens; o baixo impacto sobre recursos naturais; a maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia, quando couber; e a maior vida útil e menor custo de manutenção do bem.

5.2. Dentre as recomendações voltadas para sustentabilidade ambiental, também deverão ser observados os seguintes critérios elencados no art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1 de 19 de janeiro de 2010:

5.2.1. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

5.2.2. Quando for o caso, que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil- polibromados (PBDEs).

5.3. Caso necessário, poderá ser solicitada a apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências estabelecidas.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A viabilidade se fundamenta em prévio: planejamento anual - PAC 2021 e análise sobre a utilidade/demanda dos itens que compõem este ETP.

Alicerça a decisão pela viabilidade o apresentado nos tópicos deste Estudo Técnico Preliminar:

2. Descrição da necessidade;
4. Descrição dos Requisitos da Contratação;
5. Levantamento de Mercado;
6. Descrição da solução como um todo;
11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento
12. Resultados Pretendidos.

16. Responsáveis

01. CPF INFORMADO PARA FINS DE PREENCHIMENTO DESTE ETP; 02 AUTORIZAÇÕES DO RESPECTIVO TOD, ANEXO A E MEMÓRIAS DE CALCULO.

Gestores dos centros de custos

Responsável por: 1- instrução processual, 2- pesquisa mercadológica, 3- Edição do ETP. Demais responsáveis vide Tópico nº 3. Área Requisitante.

BRUNO ROCHA DA COSTA
AUXILIAR EM ADMINISTRAÇÃO

Auxilio na pesquisa mercadológica - obtenção de cotações.

ANDRE FERREIRA DE MIRANDA
Assistente em administração/ Chefe Dicos

MODELO DE PROPOSTA

- EMPRESA:
- CNPJ:
- ENDEREÇO:
- CIDADE/ESTADO:
- TELEFONE:
- E-MAIL PARA RECEBIMENTO DE EMPENHO:

Para fins de Pagamento:

- Banco: _____ Agência: _____ C/Corrente: _____

Prazo de validade da proposta: **120 dias**.

Prazo de entrega dos bens: _____ dias a partir do recebimento da nota de empenho referente à contratação.

Declaramos que no preço proposto estão incluídas todas as despesas ou encargos de qualquer natureza, resultantes do fornecimento dos bens licitados, considerando os itens a serem entregues no **CEFET/RJ**.

Declaramos, ainda, que concordamos com todos os termos do Edital do **Pregão Eletrônico SRP Nº ____/2022** e seus anexos.

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Marca	R\$/Unidade	R\$Total
1	Descrição do item					

Preço Total por Extenso:

Local, _____ de _____ de _____.

Representante Legal da Empresa

DADOS CADASTRAIS DA EMPRESA

Razão Social: _____

CNPJ/MF: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

CEP: _____

Cidade: _____ UF: _____

E-mail: _____

Banco: _____ Agência: _____ c/c: _____

Dados do Representante Legal da Empresa:

Nome: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____

CPF/MF: _____ Cargo/Função: _____

Cart.Ident nº: _____ Expedido por: _____

Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

Estado civil: _____

ASSINATURA

[Nome do Representante Legal da Empresa]
sócio, dirigente, proprietário ou procurador da Licitante,
Cargo / Telefone

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA
FONSECA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

O **CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA – CEFET/RJ**, com sede na Avenida Maracanã, nº 229 - Maracanã, na cidade do Rio de Janeiro / RJ, inscrito no CNPJ sob o nº 42.441.758/0001-05, neste ato representado pelo Diretor-Geral, Mauricio Saldanha Motta, nomeado pela Portaria MEC nº 165, de 24 de março de 2021, publicada no DOU de 25 de março de 2021, portador da matrícula funcional SIAPE nº 390990, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 02/2022**, publicada no DOU de/...../....., **processo administrativo n.º 23063.000412/2022-24**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

- 1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de....., especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo I do edital de **Pregão Eletrônico SRP nº 02/2022**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)						
X	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Un.	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ.

3.2. A presente Ata de Registro de Preços não possui órgãos participantes.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

- 6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
 - 6.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
 - 6.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
 - 6.7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;
 - 6.7.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - 6.7.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
 - 6.7.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- 6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
 - 6.9.1. Por razão de interesse público; ou
 - 6.9.2. A pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES

- 7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
 - 7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.
- 7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).
- 7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

- 8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- 8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.
- 8.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2013.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

....., dede

Assinaturas

MAURICIO SALDANHA MOTTA
Diretor-Geral do CEFET/RJ

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(es) registrado(s)